

EDUCAÇÃO SEXUAL COMO FATOR ASSEGURADOR DO BEM-ESTAR SOCIAL

SEX EDUCATION AS A GUARANTEEING FACTOR FOR SOCIAL WELL-BEING.

Alex Junior Bilhoto Faria

Mestre em Educação (UFLA)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1705943834222628>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7554-637X>

E-mail: alexbilhoto@gmail.com

Bruna Elisa Alvarenga Ribeiro

Graduada em Pedagogia (Grupo Unis)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9353311859569405>

ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-1950-2320>

E-mail: bruna.ribeiro1@alunos.unis.edu.br

Resumo: O presente artigo buscou construir uma análise histórica a respeito da educação sexual, compreendendo sua relação com as esferas sociais e escolares, que, seja pela negligência, seja pela incitação, tem formado adultos com disfunções sexuais, refletindo na desigualdade social, além de problemas individuais na visão de si e do mundo. Observando essa problemática, a violência de gênero, homofobia, abusos sexuais, erotização precoce e entraves na saúde pública, pretende-se indicar aos professores e gestores a urgência da intervenção escolar nesse debate, repensando e introduzindo a educação sexual dialógica e adequada à atualidade no ambiente escolar. As metodologias utilizadas foram da pesquisa bibliográfica e de campo por meio de entrevistas anônimas com adolescentes e adultos. Objetivou-se verificar de forma teórica e prática quais têm sido os avanços da educação sexual escolar e o que segue insuficiente para a concretização dessa necessária questão escolar e social.

Palavras-chave: Educação. Escola. Sexualidade. Educação sexual.

Abstract: This article sought to build a historical analysis of sex education, understanding its relationship with the social and school spheres, which, whether through neglect or incitement, has formed adults with sexual dysfunctions, reflecting social inequality, as well as individual problems in their view of themselves and the world. Observing this problem, gender violence, homophobia, sexual abuse, early eroticization and public health obstacles, the aim is to point out to teachers and managers the urgency of school intervention in this debate, rethinking and introducing dialogical sex education that is appropriate to the current situation in the school environment. The methodologies used were bibliographical and field research through anonymous interviews with adolescents and adults. The aim was to verify in a theoretical and practical way what progress has been made in school sex education and what remains insufficient to make this necessary school and social issue a reality.

Keywords: Education. School. Sexuality. Sex Education.

Introdução

Este estudo objetivou a compreensão da forma com que a escola tem tratado os conteúdos acerca da educação sexual, que incluem não apenas saúde e a segurança sexual, mas o conjunto desses e de temas como a afetividade, respeito à diversidade, cuidado com o corpo, valorização de si próprio e de outros cidadãos que habitam o mesmo espaço que o educando em processo de ensino e aprendizagem da sexualidade humana.

Para Pfromm Netto (1987, p. 6), “a educação pode ser descrita como um conjunto de experiências pessoais, ativas, dinâmicas, mutáveis, por meio das quais o indivíduo seleciona, absorve e incorpora informações”. Dessa forma, pretende-se analisar atividades dessa natureza que se direcionam ou relacionam, mesmo que indiretamente com a sexualidade humana.

A contextualização histórica do percurso da educação sexual no Brasil é necessária em um primeiro momento, para que a partir das bases históricas seja inteligível o motivo de diversos pensamentos e metodologias pedagógicas que vêm sendo aplicados ainda nos tempos atuais, contemplando as novas gerações. Esse resgate histórico é feito principalmente com apoio em Figueiró (2011) e Teodorescu e Teixeira (2015), visto que a primeira aborda o tema de maneira majoritariamente intraescolar, enquanto os segundos, fazem o inverso, e analisam os acontecimentos na sociedade não escolar. Ao compreender as duas percepções e correlacionadas à pesquisa de campo realizada, foi possível explicitar as relações entre o bem-estar social e a educação formal observadas durante a pesquisa.

As múltiplas “educações sexuais”

Ao ser humano, duas coisas são inerentes: a educação e a sexualidade, de forma a não haver período da vida em que se escolha apenas uma ou outra. Dada a abrangência de tais palavras, ainda mais quando associadas, torna-se difícil a delimitação do termo educação sexual, entretanto, para gerar melhor entendimento acerca de sua área de pesquisa, Figueiró (2011, p.16) simplifica:

Toda ação ensino-aprendizagem sobre a sexualidade humana, seja no nível do conhecimento de informações básicas, seja no nível do conhecimento e/ou discussões e reflexões sobre valores, normas, sentimentos, emoções e atitudes relacionados à vida sexual.

A autora frisa a necessidade de compreensão da educação sexual como parte da formação global do indivíduo, questionando sobre a razão da estigmatização da sexualidade na área escolar, uma vez que não existem tais entraves para tratar de geografia, história, e os demais conteúdos curriculares normativos.

Um argumento comumente utilizado pelo senso comum contra as aulas de educação sexual, é relativo à idade dos alunos, porém, é válido enfatizar, primeiramente, que nenhum conteúdo degradante, obsceno ou de teor erótico é trabalhado em uma sala de aula. Ademais, é defendido por profissionais de diversas áreas que a criança não é um ser assexuado, e sim um ser que não pratica o ato sexual, como teoriza Freud em Três ensaios sobre a teoria da sexualidade (1905), atribuindo à infância momentos de organização da energia libidinal, que provém das zonas erógenas (Furtado E Vieira, 2014).

O que ocorre, muitas vezes, é que diferentes gerações tendem a ter uma concepção divergente sobre a sexualidade, já que, como as relações humanas, ela também é dinâmica e mutável através do tempo, fazendo com que conflitos apareçam. À escola, cabe a instauração e/ou manutenção da cultura de acesso à informação, do respeito e da equidade, postura essa a ser adotada já no início da educação básica, não necessariamente por meio de aulas voltadas ao tema, mas de forma cotidiana, a permitir a naturalização e internalização dessas condutas.

A escola influi sobre os alunos, em matéria de Educação Sexual, pela sua organização, pela distribuição dos alunos, pelas atividades que lhes proporciona e, sobretudo, pelos

modelos humanos que lhes oferece (Werebe, 1981, p.107)

O motivo da discrepância geracional citada é racionalizado pela teoria de Figueiró (2011) que observa fatos históricos da educação sexual no Brasil, classificando em 4 metodologias que se destacam em períodos distintos. Em cada um desses ciclos, uma instituição social se destaca, obtendo maior controle sobre a educação sexual (e demais esferas) daquela sociedade.

As abordagens se dividem em Abordagem Religiosa (subdividindo-se em Católica e Protestante); Abordagem Médica; Abordagem Pedagógica e Abordagem Emancipatória. Cabe lembrar que a emergência de uma destas não corresponde a extinção de outra, o que faz com que opiniões contrárias coexistam e entrem em atrito, como analisado nos apêndices ao final do livro da autora supracitada, que constata a publicação de literatura de diversas abordagens em períodos iguais.

Apesar de se ter o ideal de que a Idade Média foi o início do conservadorismo ocidental, Cunha (1981) e Foucault (1985) contextualiza que embora sejam filosóficas as raízes da tradição judaico-cristã, a ideia inicial de sexo como pecado foi introduzida pelos precursores do cristianismo. Gresgersen (1983), em complementação, afirma que a maior influência das obras Avicenna e São Tomás de Aquino, fora Aristóteles. Com a consolidação do catolicismo na Europa, a moral, anteriormente já adotada, passa a ser reforçada exponencialmente, culminando na Inquisição.

No Brasil, em um contexto de catequização, houve poucos registros da tortura física como forma de punição, muito pelo fato de que os Inquisidores faziam poucas visitas ao território. Contudo, muitos dos ideais foram e permanecem sendo aplicados pelo apelo psicológico. Segundo Figueiró (2011), eram proibidos os atos sexuais não reprodutivos e não matrimoniais, como adultério, a fornicação, a violação, a bestialidade, a masturbação, os sonhos eróticos e os toques íntimos.

A autora afirma que a Abordagem Religiosa Protestante não difere largamente quanto às orientações severas, alterando-se o fator assegurador da moral. No catolicismo, o clero determina o modo de vida do fiel; enquanto no protestantismo, essa função fica a cargo da Bíblia. Em ambos os casos, a moral tradicional é bastante rígida, sendo definido por Cavalcanti (1989), o qual afirma que o valor da Bíblia está em regulamentar os diversos níveis e tipos de relacionamento sem repressões ou exageros.

Em razão desse conjunto de normas de grande inflexibilidade, que é praticamente equivalente aos catolicistas, Figueiró (2011) observa a existência de uma contracorrente entre os literários cristãos, que trabalham com a Abordagem Religiosa Questionadora, de cunho um pouco mais dialógico e, em alguns casos, com alguma permissividade maior.

No segundo momento, tem-se a Abordagem Médica: em meados do século XIX, a Família Real assentada no Brasil se encontrava em uma crise de aceitação da elite já consolidada antes de sua chegada. A medicina, que até então, era uma ciência de menor reconhecimento social, recebe um maior incentivo, tanto na criação de faculdades, quanto de hospitais, para que assim fosse escalada uma nova política de controle social, pautada ainda em uma lógica semelhante a anterior, utilizando-se apenas da troca do verbete “pecado” para “doença”.

O que antes era privado ao cidadão pelo medo do inferno, agora era por medo da morte, ou do adoecimento mental. Prova da grande preocupação com o físico e o desenvolvimento de uma nação em termos de época “perfeita”, foi a onda imigratória sob incentivo estatal na Primeira República, ação primordial para uma política de cruzamento e aprimoramento de raças, (ou seja, o branqueamento de um país pós-abolicionista) legitimadas por pensamentos científicos eugenistas.

Art. 1º E' inteiramente livre a entrada, nos portos da Republica, dos indivíduos válidos e aptos para o trabalho, que não se acharem sujeitos à acção criminal do seu país, excetuados os indígenas da Ásia, ou da África que somente mediante autorização do Congresso Nacional poderão ser admitidos de acordo com as condições que forem então estipuladas (BRASIL, 1890)

Logicamente, uma política que garante a hegemonia de um grupo, perpetua maneiras de oprimir aos demais, seja de forma legislativa ou ideológica. Visto que a dominância em questão era branca e masculina, a forma encontrada de desqualificar as mulheres e afastá-las do mercado de

trabalho era a imposição da maternidade e lactação aos filhos da Pátria fortes e saudáveis, tarefa exclusivamente voltada às mulheres por engrenagens sociais do discurso, segundo Jurandir Freire Costa (1983).

Em âmbito Pedagógico, no começo da década de 60, houve experimentos de sucesso em escolas paulistas, entre elas o Colégio de Aplicação, Ginásios Vocacionais e Ginásios Pluricurriculares. Ótima iniciativa, péssimo momento: com o golpe militar de 1964, grande parte dos bem-sucedidos projetos de educação sexual perderam força com os anos.

A reabertura para o tema só foi ocorrer por volta da segunda metade da década de 70, que não coincidentemente, foi um momento carente de informação, em razão da descoberta da AIDS, gerando um grande desequilíbrio no sistema de saúde brasileiro. Porém, à medida que a emergência foi gradualmente sendo estancada, os incentivos financeiros e fiscais governamentais, proporcionalmente, decaíram, fazendo com que, já nos anos 2000, muitos trabalhos não conseguissem ter continuidade. Essas conclusões são pontuadas com base na relação do trabalho de Figueiró (2011) e Teixeira e Teodorescu (2015)

na ânsia de superar os tabus repressivos da educação tradicional, não conseguem fazer a crítica da sociedade permissiva, do sexo consumista objetual, quantitativo e pornográfico atual. Na busca de uma liberdade individual, autônoma e humana, frequentemente se tornam presa do consumismo sexual capitalista que hoje está presente em tudo o que fazemos, vemos e ouvimos. Este individualismo espontaneísta muitas vezes é desastroso (Nunes, 1987, p.14).

A Abordagem Sexual Emancipatória tem em essência um pouco da Abordagem Pedagógica e vice-versa, salvo que na primeira, a luta é pela libertação coletiva, enquanto a segunda, tem caráter essencialmente mais pessoal e individual. A própria autora, Figueiró, revela-se, várias vezes, como adepta da forma emancipatória de educar, contudo, não exclui de seu livro o alerta sobre a possibilidade de que esse pensamento coletivista consiga ser utilizado facilmente como elemento para mascarar massas de manobra.

Para Figueiró (2011) essa não criticidade permite uma falsa sensação de liberdade, a sensação de validação que quando mal utilizada pode ser de extrema irresponsabilidade emocional, causando à grande parte da sociedade a visão do sexo e da sexualidade humana com caoticidade e negatividade. Quando se imagina que esse é o oposto do real objetivo emancipatório, percebe-se o quão problemático é o caso: a mídia se utiliza de causa humanas, as capitaliza, faz com que o grande público se volte contra si mesmo, e mesmo assim é apontada como ponto de referência de aprendizado, sobressaindo-se, por vezes, à escola (Dinis, 2007).

Perante essa perspectiva, e à cautela de não se induzir por discursos midiáticos, Naumi de Vasconcelos (1993, p. 345-346) descreve a compreensão do ser como único em sua sexualidade “maravilha é compreender e não seguir obedientemente o que nos pregam para conseguir o que nos prometem”, concluindo que a própria autonomia política de seu corpo é “ter fé em si e na própria sexualidade.” Dessa forma, na próxima seção, discutimos o enfoque voltado para a educação, mais precisamente, para a sala de aula.

Da sociedade para a sala de aula

A influência de momentos históricos nas vivências de sala de aula é inevitável; a educação sexual formal, com planejamento prévio e diretrizes estabelecidas, originou-se no início do século passado. Com o aumento da escolarização feminina, Francisco Vasconcelos (1915) reivindicava na tese “Educação Sexual da Mulher”¹ uma educação para a prevenção a masturbação, doenças venéreas (atualmente ISTs), e o preparo para o papel de mãe/esposa.

¹ As referências dessa obra não foram encontradas on line, possivelmente devido ao tempo decorrido desde sua publicação, entretanto, sua citação foi encontrada na página 87 do livro “Educação Sexual: retomando uma proposta, um desafio” de Mary Neide Damico Figueiró, sendo atribuída a pesquisa fonte de sua informação sobre a tese de Francisco Vasconcelos as autoras Bruschini e Barroso (1986).

Figueiró (2011) afirma que, pouco tempo depois, em 1920, grupos inovadores, como o movimento feminista também colocaram em foco a necessidade de uma educação institucionalizada voltada para a sexualidade. Segundo Bruschini e Barroso (1986) diversos médicos e educadores adotaram uma postura favorável ao pedido, porém, motivada pelo contexto histórico, essa visão era defendida sob um ponto de vista higienista e reprodutor, acompanhando a Abordagem Médica que era infiltrada na mentalidade social daquele contexto histórico. Como exemplo, citamos um fato histórico, pois, em 1930, houve uma experiência de caráter protetivo no Colégio Batista do Rio de Janeiro. A iniciativa teve seu fim em 1954 com o processo de demissão do professor responsável. (Figueiró, 2011)

Não por acaso, essa programação educacional se deu em um colégio Batista, já que até os anos 1960 a educação sexual não era permitida em escolas vinculadas a igreja Católica, que exercia o controle não apenas em seus dogmas, mas também possuía uma vasta rede de ensino, a qual utilizava também para propagar formalmente suas ideologias, as quais defendiam ferrenhamente. (Rosemberg, 1985).

Werebe (1978) complementa, com a ideia de afrouxamento desse ideal após o Concílio do Vaticano II, ocorrido entre 1962 e 1965, havendo maior interesse e com o crescente número de experiências relacionadas a educação sexual formal, até mesmo em algumas escolas católicas, deve-se ressaltar que essa mudança não ocorreu de forma homogênea, sendo desenvolvidas em alguns colégios católicos, e não como uma iniciativa da rede coordenadora (a igreja) de forma a abranger todas as unidades sob seu comando.

Esse cenário positivo da educação sexual se expandiu também para a rede pública dos grandes centros urbanos. A exemplo, Werebe (1977) cita iniciativas no Colégio de Aplicação, em Ginásios Vocacionais e Ginásios Pluricurriculares. Contudo, uma série de acontecimentos congelou esse progresso. Destacam-se: a proibição por parte da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo do debate de informações sobre métodos anticoncepcionais e planejamento familiar (1965); rejeição do projeto de inclusão curricular obrigatória da educação sexual para estudantes de 1º e 2º grau, hoje conhecidos como ensino fundamental e médio, proposta da Deputada Júlia Steinbruch, filiada ao PMDB (1968).

A pauta é definitivamente calada com a oficialização da censura prévia à imprensa (1970). De acordo com Figueiró (2011), a reabertura de espaço para a educação sexual formal começa a ocorrer de forma lenta e nem sempre progressiva, apenas em 1978. Ao final daquele ano, houve a revogação do AI-5, conhecido por institucionalizar os “Anos de ferro”.

Figueiró (2011) coloca a segunda metade da década de 80 como o início de um novo período fértil. Enfoca em sua obra as cidades de São Paulo e Porto Alegre, acrescenta ainda que essa última teve apoio internacional. Ao correlacionar a obra de Figueiró (2011) com o livro “História da Aids no Brasil, 1983-2003” (Teodorescu E Teixeira, 2015), percebe-se que no mesmo período, em decorrência da Aids, foram elaboradas diversas políticas públicas (inclusive com apoio do Banco Mundial) de combate a síndrome, nas quais as capitais gaúcha e paulista se sobressaíram em território nacional.

Em sua obra, Teodorescu e Teixeira (2015) creditam a comunidade gay pela sua militância e pressão junto às instâncias públicas, por terem antecipado providências ao Estado e à sociedade, amenizando os impactos da epidemia do Brasil e elevando o país ao reconhecimento internacional como referência no combate ao HIV.

Apesar da entrada na década de 90 ser sob um cenário de visibilidade da sexualidade humana, essa perspectiva foi alterada pouco a pouco, grande parte em razão de corte de incentivo financeiro e fiscal vindo de entidades governamentais. Sobre isso, Matanó (1990) afirma que nem sempre a educação sexual é terminantemente proibida, mas a falta de recursos advindos do poder público para um atendimento digno é tão desencorajadora que, por si só, já trava o desenvolvimento de tais projetos.

Figueiró (2011) pontua a elaboração dos PCNs, em 1997, como um significativo avanço para a educação sexual: a transversalidade do conteúdo e a mediação dos próprios professores do dia a dia aumentam as chances de consolidação da sexualidade como aprendizagem significativa, principalmente se comparada a eficácia de palestras esporádicas comumente adotadas. No entanto, a autora não deixa de levantar alguns fatores ainda limitadores nesse cenário, como a bagagem dos

professores e a precariedade da formação oferecida pelas universidades.

No que se refere aos documentos, Dinis (2006) aponta também para a ausência explícita de palavras relativas à diversidade sexual (homossexual, bissexual, travesti), restando que a abordagem do tema seja feita de forma arbitrária pelo professor. Apesar das críticas, em seu artigo com colaboração de Asinelli-Luz (2007), destacam as conquistas alcançadas, principalmente pela descaracterização unicamente biológica do corpo, sendo concebido

como um todo integrado, de sistemas interligados e inclui emoções, sentimentos, sensações de prazer/desprazer, assim como as transformações nele ocorridas ao longo do tempo. Há que se considerar, portanto, os fatores culturais que intervêm na construção da percepção do corpo, este todo que inclui as dimensões biológica, psicológica e social (BRASIL, 1997, p. 139-140)

Em meio aos fatos históricos do último século no país, é notável a necessidade do investimento na formação da docência preparada para trabalhar com a temática da sexualidade. Figueiró (2011) coloca esse fator como decisivo para a constituição de uma geração de profissionais com esses atributos, todavia, suas pesquisas apontam para a carência de materiais críticos para o docente de licenciatura, que ainda assim, produziu 69% dos livros, 41% dos artigos e 70% das dissertações e teses sobre educação sexual no período de 1980 a 1993. Dinis e Asinelli-Luz (2007) concluem que a maior necessidade de trazer a sexualidade em debate na formação é a transcendência do biológico ao humano cultural.

A pesquisa de campo

Com o propósito de compreender o tema da educação sexual e as relações desse com os contextos de sala de aula e de aprendizagem, para a pesquisa de campo utilizou-se das metodologias qualitativa e quantitativa. Foram entrevistadas 20 pessoas, com idades entre 15 e 55 anos, divididas em 5 grupos etários, sendo: Grupo A: 15 anos a 19 anos e 11 meses, Grupo B: 20 anos a 24 anos e 11 meses, Grupo C: 25 anos a 34 anos e 11 meses, Grupo D: 35 anos a 44 anos e 11 meses, Grupo E: 45 anos a 55 anos.

Para realização da entrevista, utilizamos o Google Formulários, por meio de um questionário que possuía um total de 14 questões, sendo 4 relativas ao voluntário, solicitando idade, escolaridade, gênero e orientação sexual, 5 abertas relativas ao tema e 5 questões de múltipla escolha relativas ao tema. Houve um espaço livre para observações e um termo de consentimento/esclarecimento.

Cada um desses grupos foi composto por 2 homens e 2 mulheres, que podiam ou não ser transexuais, travestis e se identificarem com qualquer orientação sexual. O número de pessoas de gêneros binários foi proporcional em todas as segmentações, para que não ocorresse sobreposição das opiniões, regra seguida também na classificação etária. Participantes não binários tinham livre participação, porém não se voluntariaram.

Para a citação das falas desses voluntários, utilizamos o esquema de primeiro considerar o gênero, atribuir os números 1 ou 2 para a diferenciação (critério de aleatoriedade) e, por fim, uma letra, correspondendo ao grupo do qual essa pessoa é oriunda. Por exemplo: Homem 2A; Mulher 1C.

Análise dos resultados

O primeiro grupo foco de análise específica aqui apresentado é o grupo E, destinado a homens e mulheres de 45 a 55 anos. Apesar de a faixa etária contemplar um público consideravelmente mais amplo, dos indivíduos abordados, os que se voluntariaram a responder o questionário, o de maior idade, tinha apenas 48 anos.

O público em geral era heterossexual, excetuando uma mulher (Mulher 1E) que se identifica como bissexual. Um destaque no exercício da aplicação e mapeamento do grupo, é o fato de que as

mulheres se mostraram bastante acessíveis e dispostas, enquanto os homens, além de se mostrarem mais inacessíveis na abordagem, quando consentiram na participação, por vezes, não respondiam ao link de acesso enviado, diziam por mensagens não poder naquele momento específico e alguns efetuaram até mesmo o bloqueio nas redes sociais, evitando contato com os pesquisadores.

No tocante às informações recebidas pela escola, as respostas revelaram um baixo nível de orientação escolar: apenas 2 pessoas receberam alguma informação sobre o convívio com a menstruação, por exemplo, e não a qualificou como plenamente satisfatória. A metodologia para abordagem do corpo e do autocuidado é exposta de formas variadas, mostrando não haver padronização ampla; foram citadas pelo grupo as palavras, intencionando descrever esses momentos: palestras; estudos sociais; professora da sala.

É Interessante observar que para esse público o ensino do corpo não se comprovou extremamente biológico e cientificado como visto em fases posteriores, sendo que nenhum dos participantes citou diretamente as aulas de ciências da natureza, fato constatado por Figueiró (2010), que percebe um afunilamento do conteúdo para a fisiologia sendo posterior as experiências pioneiras no país, que em sua fase inicial contava com o pedagogo como figura agente, e que construía o aprendizado e ensino junto à comunidade.

Dentre as respostas, ao ser questionado sobre educação sexual de forma ampla, o Homem 1E se limitou a responder *“Pergunta mais incoerente.”* e preferiu que nada mais fosse dito, explicitando um grande estigma em relação ao tema, o que mostra que em alguns modelos mais radicais de educação nesse período, era negado o acesso até à compreensão e comunicação acerca de seu próprio corpo. Uma possível justificativa para essa resposta bastante defensiva vem da análise do local e momento. Esse grupo, em média, frequentou a escola entre 1982 e 1994.

Teodorescu e Teixeira (2013) relatam em seu livro que o governo mineiro não fez grandes investimentos na divulgação de conhecimento e desmistificação da sexualidade da população do estado, o que, certamente, é evidenciado nas visões dessa população escolar. Todos tiveram convivência com sexualidades diversas, todavia, contam que não eram informações expostas e que pouco chegavam, a amplo conhecimento da comunidade escolar, exemplos de alunos LGBTQIA+. Além disso, a integralidade dos comentários tecidos sobre o tratamento dos demais alunos para com os LGBTQIA+ relatam ter percepções sobre preconceito e indiferença, uma participante desse grupo afirma que *“respeita a opção sexual dessas pessoas”*.

É válido pensar que o termo opção sexual nessa fala não foi utilizado como forma de preconceito ou depreciação da diversidade, é uma visão de uma bagagem conceitual que não foi oferecida a essa mulher, sendo substituída por um senso comum de que o homossexual, bissexual ou outros dentro da sigla já referida, escolhem o gênero alvo de sua atração de forma voluntária e consciente. Essa afirmação embasa-se no fascículo *“Diversidade”* de Adolescentes e Jovens para a Educação Entre Pares (2010), componente da coleção de recursos elaborados pelo Ministério da Saúde para o Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas:

É, portanto, um equívoco dizer que se trata de uma opção sexual, pois não depende de escolhas conscientes nem pode ser aprendida. A literatura científica costuma afirmar que são múltiplos os aspectos – psicológicos, sociais, culturais e até alguma participação de fatores genéticos (BRASIL, 2011a, p. 17)²

Todas as informações obtidas sobre pornografia apontam o primeiro acesso com idades entre 10 e 16 anos, não houve debates didáticos sobre o tema. O Homem 1E, novamente, é receoso às respostas *“Pergunta desnecessária”* e a Mulher 1E aponta que além da negligência de suporte escolar em relação ao tema, houve também uma postura semelhante por parte da família.

Dada a liberdade para expressão livre do tema, a Mulher 1E complementa: *“Acho muito importante a educação num todo... tanto para alunos como direcionamento para os pais.”* Essas são falas que vão plenamente ao encontro com a conclusão da reunião promovida pelo Serviço de

² Esse excerto da cartilha do Ministério da Saúde se encontra em consonância com a Declaração dos Direitos Sexuais, aprovada no 14º Congresso Mundial de Sexologia em 1999, que nas traduções consultadas utilizou-se do termo *“orientação sexual”*.

Orientação Educacional, em 1980, na capital paulista: é manifestado pelos participantes “consenso quanto à necessidade de a Escola assumir a tarefa de dar educação sexual, visto que a maior parte das famílias, cujos filhos são atendidos pela Rede, não tem o instrumental para fazê-lo”, sendo essa uma lógica que permanece atual, como sugere a fala dessa entrevistada.

O grupo etário de idade inferior mais próximo (Grupo D) foi aberto para pessoas de 35 a 45 anos, porém, os voluntários mapeados tinham idades entre 37 a 39 anos, sendo totalitariamente heterossexuais. É um público bastante acessível que não apresentou grandes estigmas ao receber o questionário e não demonstrou resistência ao falar de vivências pessoais.

Em relação aos aspectos teóricos, há uma melhora significativa do nível de informação em relação ao grupo anterior. Esse grupo, em média, recebeu a educação básica entre os anos de 1991 e 2003, e como analisa Figueiró (2011), a década de 1990 foi um “espaço mais aberto para o desenvolvimento de trabalhos de Educação Sexual”, entretanto, é perceptível o processo de biologização que a autora havia compreendido como a tendência pós-pioneirismo.

A alta no nível de instrução em relação ao ciclo menstrual, a contraceptivos e à segurança. Nota-se que em pontos do caráter fisiológico, o volume de informação foi maior, contanto o silenciamento da vivência da sexualidade, especialmente a não heteronormativa, não apresenta diferenças significativas: sendo que 2 entrevistados afirmaram não ter tido o conhecimento se conviviam com sexualidades diferentes, já que a repressão não permitia que se assumissem abertamente.

Novamente, é retomada uma fala semelhante ao grupo anterior, quando a Mulher 1D afirma a respeito das sexualidades que *“cada um tem suas escolhas”*, o contexto em que é proferida a fala é o já citado anteriormente: não de forma difamatória, e sim com um senso comum já consolidado. O ponto chave, facilmente notado em todos os participantes do grupo, sem dúvidas, é o fator repressão, nada era dito e era primário, para a manutenção do funcionamento desse sistema de dominância, assegurar que assim continuasse, como afirma Chauí (1985) *“a repressão perfeita é aquela que já não é sentida como tal, isto é, aquela que se realiza como auto-repressão, graças à interiorização dos códigos de permissão, proibição e punição da sociedade”*

Entendendo que a partir dos anos 90 não foram mais abertos à educação sexual (Figueiró, 2011) apenas na cultura oral ou midiática, os PCNs de 1997 e 1998 foram também um grande avanço dentro da escola, por trazer a sexualidade como um dos temas transversais. Nessa perspectiva, os resultados são evidentes: no grupo C, poderiam ser analisadas pessoas de 25 a 35 anos, todavia, como nas outras divisões pesquisadas, a idade não foi abrangida totalmente, sendo todos os entrevistados cidadãos de 30 e 31 anos, a quase totalidade se consideram heterossexuais, somente um homem homossexual (Homem 1C).

Esse grupo é peculiar em relação aos outros: os voluntários E-D apresentam algumas características uniformes, como o silenciamento da vivência ou da simples expressão oral de uma diversidade sexual (não apenas a não heteronormativa, mas também a diversidade da subjetividade de experiências de cada pessoa); bem como B-A apresentam semelhanças dentro de suas especificidades, as quais serão percorridas um pouco mais adiante.

Todavia o grupo C, nascidos no começo da década de 1990, iniciando a jornada educacional em meados da mesma década e concluindo a educação básica durante a década de 2000, mostra uma transição de pensamentos entre as atuais gerações mais avançadas e as mais jovens. Em relação ao assédio verbal ou físico, é chamativo que um dos homens (1C) note as garotas sendo *“cantadas”* e a explicitação feminina, por meio da fala da Mulher 1C *“porém [eu] era muito nova e não entendia o que era assédio”*, enquanto a companheira de grupo, Mulher 2C especifica que *“Na escola não”*.

Os níveis de informação sobre o corpo se mostram melhores, sendo que a percepção de omissão de instrução cai, e o nível de instrução parcial aumenta em aspectos como: gestação, contracepção e sexo seguro. Por outro lado, o conhecimento sobre a legislação é nulo, não sendo observado esse último fenômeno em nenhum outro grupo, fato também conectado à fala da Mulher 1C, demonstrando de maneira objetiva que as aulas eram focadas unicamente na corporeidade e nos riscos negativos, como a gravidez na adolescência e contração de ISTs, abstendo-se das questões socioemocionais da sexualidade.

Ela afirma: *“Nunca foi falado como nos dias de hoje, sobre higiene sim...mas sobre assuntos*

como se prevenir de doenças vi só no ensino médio.” O grupo aponta que as estratégias para o ensino eram diversificadas, citando professores específicos e vídeoaulas, não sendo todas as experimentações positivas, um participante descreve como “...era uma abordagem meio esquisita, anos 90, né?”.

A relação com a pornografia se destaca por apresentar uma facilidade de acesso maior em relação aos outros grupos, tendo sido citada a televisão aberta, que exibia filmes nas madrugadas dos finais de semana³. Ao contrário de outras gerações nas quais a sexualidade não heteronormativa era silenciada, todos os participantes desse grupo tinham algum contato com outras orientações sexuais, testemunhando A Mulher 1C, a qual relata “sempre fui amiga dos homossexuais, eles sofriam bullying demais, até apanhavam”. Já o Homem 1C “convivi pouco na adolescência porque essas pessoas eram marginalizadas e era “feio” andar com elas, nesse sentido o mundo mudou muito pra melhor.”

Considerando que essas experiências são resgatadas do começo dos anos 2000, é possível associar uma abordagem higienista em muitos momentos, a discriminação e exclusão social da população LGBTQIA+ com os esforços pelo controle do alto número de mortes por Aids nesse momento, como melhor exemplifica Machado (1998) em seu artigo “Conversão religiosa e a opção pela heterossexualidade em tempos de AIDS - notas de uma pesquisa” as vivências de um homossexual que opta pelo casamento com uma mulher e paternidade, como forma de, além de se sentir limpo e sem culpa, sair de uma população considerada então como grupo de risco. Vislumbramos, nesse contexto, a carência de debates efetivos relacionados à educação sexual de forma ampla.

A análise de respostas do Homem 2C indicam um pensamento dialógico, pouco depois ele disserta sobre a relevância da educação de cunho preventivo “...não lembro de ter aprendido algo assim [sobre os riscos do aborto voluntário caseiro], mas vejo que é de extrema importância. Deixo claro que sou totalmente contra o aborto, porém, não só por isso mas pela saúde da mulher, que corre riscos tomando chá ou outras medidas para fazer tal coisa.”, em concordância plena com Saito e Leal (2000), médica-chefe da Unidade de Adolescentes do Instituto da Criança e membra da mesma equipe médica que defendem a “educação sexual ausente ou insatisfatória” como fator de risco para a gravidez na adolescência, que quando indesejada pode levar a uma tentativa de aborto clandestino.

O grupo B surgiu de uma segmentação de um único grupo que foi dividido em dois. A análise passível de jovens de 20 a 25 anos, contemplou de 20 a 23 anos, são todos heterossexuais e apenas 1 (Homem 1B) deles não concluiu o ciclo básico da educação, nascidos entre 2000 e 2003, foram escolarizados aproximadamente entre 2004 e 2020. São muito expressivos, acessíveis e mostraram em algumas falas a insatisfação com a postura adotada pela escola.

O primeiro evento a ser alvo de maior atenção é que, mesmo morando em diferentes cidades, todos vivenciaram exposição de conteúdo íntimo⁴ dentro da instituição escolar, em todos os casos, as autoridades escolares não reagiram ao ocorrido. Inclusive, sendo o primeiro relato de acesso à conteúdo erótico de uma das entrevistadas: “Eu tinha uns 12 anos quando vazou um nude de uma moça que tinha 15 anos na época. A foto repercutiu e a escola não fez nada a respeito, não deu apoio a aluna que foi prejudicada e nem impediu os alunos de espalhar a foto, foi muito marcante essa história porque começou na escola e a cidade toda ficou sabendo.” relembra a Mulher 1B. 3 integrantes do grupo já presenciaram ou mesmo foram alvo de atitudes não consensuais em ambiente escolar, 2 desses contataram autoridades escolares, a Mulher 1B tentou resolver à sua própria maneira. “Sendo homem não [fui assediado], mas presenciei mulheres que acabaram sendo vítimas de tais atos. A minha escola em questão não oferecia uma ação contra os atos em todos

3 Uma coluna de 1998 da Folha de São Paulo notícia que as sessões da madrugada chegaram a alcançar 7 pontos Ibope (cerca de 560 mil telespectadores na região metropolitana paulista) e que as inserções publicitárias nesses horários variam de 2500 reais a 7000 reais. Link para acesso: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/tvfolha/tv15039815.htm>

4 Uma matéria no portal G1, com dados da ONG Safernet, relata que entre 2014 e 2015 houve um pico de vazamento de conteúdos íntimos, declinando no ano seguinte. De acordo com a idade da entrevistada (21), e seu relato, ela testemunhou a exposição de outra menor de idade entre esses anos. Os demais entrevistados do grupo B também estavam em idade escolar nesse período. Link para acesso: <https://g1.globo.com/tecnologia/noticia/cai-o-n-de-vitimas-de-nudes-vazadas-na-internet-do-brasil-em-2016-diz-ong.ghml>

os casos. Basicamente, se você tivesse entre 8-14 anos nada aconteceria, mas se você tivesse uma idade superior a essa, você seria chamado para conversar e coisas do tipo. Ao meu ver nunca surtiu nenhum efeito contra.” narra o Homem 1B, enquanto o outro rapaz, Homem 2B pontua: “Nunca passei, porém a escola nunca se pronunciou sobre por livre e espontânea vontade.”

Perguntados a respeito da diversidade sexual, mesmo todos sendo heterossexuais, há uma sensibilidade ao tema. Destacam-se: “Sim. Era normal, eu tinha amigos com sexualidades diversas e sempre me relacionei bem com eles. Já presenciei casos de homofobia (piadinhas sem graça) contra eles várias vezes. Eu tinha um amigo gay (Anônimo) que estudava na mesma sala que eu, a única pessoa que conversava com ele era eu porque o restante da sala, e até alguns professores, menosprezava e tratava muito mal, isso acontecia diariamente.” - Mulher 1B.

As metodologias do ensino para o autocuidado, quando citadas, são bastante divergentes: “Eu tive uma ótima professora de ciências que ensinava a base da conversa, o que facilitava muito para todos os alunos entenderem” informa a Mulher 1B. Em detrimento, o Homem 1B diz totalmente o oposto “era algo muito “massante”, não era bem explicado, era passado mais por obrigação do que por preocupação.”

Em um dos casos, aparece até uma abertura maior para assuntos mais implícitos. “(...) professora de ciências sempre fala sobre esse assunto [medidas abortivas], aconselhando que não era a melhor opção pois havia riscos.” – Mulher 2B. É notável que ambos receberam a educação depois da elaboração dos PCNs, todavia, enquanto o homem tem momentos pontuais, que não permitem a criação desse vínculo; as duas mulheres recebem informações cotidianas e transversais de profissionais que já acompanhavam a turma e compreendiam melhor suas subjetividades, seguindo as orientações do PCNs, que se mostraram efetivas, como já defendido na literatura:

penso que uma das maiores contribuições do PCN é ter favorecido para que emergisse uma nova visão de Educação Sexual: a que pode ser feita pelos próprios professores das crianças, dos adolescentes e dos jovens. Um trabalho com maior chance de ser mais efetivo do que a alternativa de palestras esporádicas, feitas por profissionais convidados, por muito tempo adotada em nosso país. (Figueiró, 2011)

Por fim, o grupo A, mais jovem, abrangia pessoas de 15 a 20 anos. Os voluntários tinham de 15 a 18 anos, são heterossexuais, assim como o B, são comunicativos e não tem entraves para falar sobre suas angústias. Novamente, a exposição precoce e simplificada a conteúdos explícitos é um ponto de atenção forte, visto que foi comum aos 4 adolescentes, como podemos visualizar nos excertos abaixo.

“Tive sim [acesso à pornografia] com média de uns 10 anos. Infelizmente eu era muito inocente e quem me mostrava não tinha a capacidade de me comunicar que aquilo não era para pessoas da minha idade.” Mulher 1A

“O primeiro acesso foi a olho nu, nunca foi relatado isso na escola. A respeito desse assunto teria que ter bem mais informação. Pensa: uma criança querendo entender o que ela estava vendo, criança já nasce curiosa e numa dessa pode vir a calhar querer ver mais muito antes da hora.” Homem 1A

“Esse é um assunto bem triste para mim. Para ter noção, eu não sei quando foi a primeira vez em que tive acesso a esses conteúdos, não sei com que idade tive esses primeiros acessos. Eu não cheguei a ter esse acesso por curiosidade, uma hora ou outra na minha pré-adolescência eu iria ter curiosidade, porém infelizmente outras pessoas trouxeram esse conteúdo até mim desde a minha infância. E não, na escola eu nunca cheguei a receber orientações sobre isso, talvez esse seja um assunto até difícil de explicar para crianças ou pré-adolescentes, a idade ideal para esclarecer os riscos que esses conteúdos podem gerar ao nosso psicológico.” Homem 2A.

Um dos rapazes, o Homem 1A, apresentou uma postura de maior silenciamento, trazendo falas como *“Escola nunca foi meu forte, mas vi coisas que não agradariam a todos.”*, acrescentando que *“Sempre tive respeito independente a sexualidade da pessoa e já recebi muitos comentários desnecessários de pessoas que não gostaria que me elogiassem.”* Lisak⁵ (1994) entende que essa ocultação de si mesmo e suas experiências origina-se de uma tentativa de molde aos ideais de virilidade, que estabelecem ao ser masculino que ele deve ter o controle da situação e não permitir se abalar emocionalmente.

Todos dizem conviver normalmente com sexualidades diversas, a palavra “respeito” é citada várias vezes quando perguntados sobre, também é perceptível que o tema não é colocado como uma alternativa de vida e tratado de forma bastante natural. Anteriormente, o Homem 1C afirmava ver mudanças positivas na sociedade em relação à diversidade sexual, fato bem representado pelo grupo mais jovem.

O número de exposição de conteúdos íntimos sem consentimento tem queda, se comparado ao grupo anterior, tendência já pesquisada pela ONG Safernet: 1 deles não teve essa experiência e a Escola começa a ter uma compreensão maior dessa nova realidade, preparando-se para ter respostas frente a escândalos sexuais, caso afirmado por 1 dos 3 entrevistados que vivenciaram passivamente episódios como esse.

Contudo, o volume de informação social recebido por esse grupo não vai ao encontro dos seus saberes científicos e institucionalizados, apresentando uma baixa, em contraposição aos demais grupos, sobretudo C e B sobre ciclo menstrual, contraceptivos e relações seguras e gestação, o que deixa claro um retrocesso da instituição escolar em debates interligados à educação sexual.

Essa baixa no conhecimento formal é exemplificada pelo Homem 2A, ao descrever um impasse em que se sentiu desamparado *“Na escola nunca foi relatado nada que me ajudou. Quando eu mais precisei de informações, quase virei pai aos 15 [anos].”*

Um aspecto positivo é ilustrado pela fala do Homem 2B, que não teve pronunciamento espontâneo da escola sobre situações não consensuais, enquanto o Homem 1A conta que *“[referentemente a] toques sem permissão, a minha escola já chegou a passar palestras sobre o assunto, e encorajar os alunos a denunciarem esse tipo de situação.”*

Finalmente, recortando pela categoria do gênero, é possível relacionar o padrão de convivência com a pornografia e o assédio sexual: das mulheres, a idade máxima para primeiro acesso foi 20 anos, enquanto entre os homens, o número caiu para 16; 7 mulheres tiveram contato com o material, enquanto 9 homens afirmaram ter tido; dos 20 pesquisados, as vítimas de importunações foram: 5 mulheres e 1 homem, tendo outros 2 homens observado atitudes constrangedoras vindas de outros homens contra mulheres.

Considerando as pesquisas de Dinis (2007) concluímos que “na modernidade, a mídia torna-se um elemento de formação cultural com igual e, às vezes, até maior presença do que a formação escolar, o que faz, muitas vezes, com que um discurso afete o outro”, e Junior (2006) contextualiza que a indústria pornográfica e o sistema hierárquico preferencialmente masculino se sustentam mutuamente.

A não intervenção da escola nessas ocasiões é fator decisivo para a perpetuação intraescolar de comportamentos como esse, o que os pesquisados constatam ser uma realidade comum, já que no total, apenas 4 de ambos os gêneros e divisões etárias tiveram orientação da instituição escolar no que se refere à educação sexual em suas inúmeras vertentes de debate e as fontes de informação acessadas não favorecem essas noções de aprendizado, precarizando sobretudo o público feminino, sem jamais, porém, poupar o masculino.

Considerações finais

O presente artigo visou compreender a percepção de sujeitos a respeito da sexualidade (entendendo de forma mais ampla o processo de educação sexual) e como a instituição escolar tratou e tem tratado esse volume de informação (ou desinformação, eventualmente), quais as raízes

5 Conteúdo originalmente publicado em inglês, porém com a tradução utilizada em outras pesquisas brasileiras, e checagem de citação na Scielo, a consulta em português brasileiro foi possibilitada.

históricas dos posicionamentos adotados e como as ações escolares refletem na vida posterior do indivíduo, em sua socialização na fase adulta, seu bem-estar, autoestima e suas concepções de mundo.

Como já constatou Foucault (1988): “o que é próprio das sociedades modernas não é o terem condenado o sexo a permanecer na obscuridade, mas sim o terem-se devotado a falar dele sempre, valorizando-o como segredo.” É notável que a sexualidade, não apenas o ato sexual, e sim o corpo humano, o afeto, é tratado como um tema de margem, de confidência, a ser falado com cautela, nunca por qualquer pessoa, para qualquer pessoa, ou em qualquer local, como se exigisse uma etiqueta que garanta a camuflagem do assunto, contudo, nunca sua extinção total.

Dessa forma, é visível que muitas dúvidas se mantêm no ambiente escolar, construído e idealizado para a formação do saber; muitos preconceitos são mantidos, ou concebidos dentro da escola, que deveria ser um local de respeito mútuo, por ser uma noção primária de convívio social; muitos pedidos de ajuda são ignorados, em um lugar que a pedagogia luta para transformar cada vez mais em campo de acolhida.

Com essas contradições entre a idealização escolar e a sua real natureza diária, fica evidente uma falha na educação. Falha essa que não necessariamente é atribuída unicamente à docência, e sim a toda uma sistematização histórica construída e que, para as forças maiores da sociedade, parece de interesse perpetuar.

Em suma, enquanto companheira da família e da comunidade, a escola é responsável pela formação do ser social, ao negligenciar e/ou secundarizar a educação sexual de crianças e adolescentes, a instituição priva esses indivíduos de uma parte de seu desenvolvimento humano integral, não ficando em dívida apenas com esses ou suas famílias, mas sim com a sociedade de forma ampla.

Referências

BRASIL. **Decreto nº 528, de 28 de junho de 1890.** Regulariza o serviço da introdução e localização de imigrantes na República dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro, 1890. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-528-28-junho-1890-506_935-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em: 18 Out. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de DST, AIDS e Hepatites Virais. **Adolescentes e jovens para uma educação entre pares: diversidades sexuais.** Brasília: Ministério da Saúde. 55 p. 2011.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Matemática.** Ministério da Educação e do Desporto: Secretaria de Educação Fundamental. Brasília, 1997.

BRITZMAN, D. O que é essa coisa chamada amor: identidade homossexual, educação e currículo. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 21, n. 1, p. 71-96, jan./jun. 1996.

BRUSCHINI, M. C.; BARROSO, C. Educação sexual e prevenção da gravidez. In: BARROSO, Carmen et al. **Gravidez na adolescência.** Brasília: INPLAN/ IPEA/ UNICEF, 1986. p.29-54. (Série Instrumentos para a Ação; n.6)

CAMILO V. M. B. et al., **Educação em saúde sobre DST/AIDS com adolescentes de uma escola pública, utilizando a tecnologia educacional como instrumento.** DST - J Bras Doenças Sex Transm, 2009; 21(3): 124-128.

CAVALCANTI, R. **Uma bênção chamada sexo.** 7.ed. São Paulo: ABU, 1989.

CHAUÍ, M. **Repressão sexual:** essa nossa (des)conhecida. 9.ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

- COSTA, J. F. **Ordem médica e norma familiar**. 2.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- CUNHA, P. F. L. da. A longa história da repressão sexual. **Psicologia em Curso**, Brasília, n.2, v.8, p.19-26, out./dez. 1981.
- DINIS, N.; ASINELLI-LUZ, A. Educação sexual na perspectiva histórico-cultural. **Educar em Revista**, [S.L.], n. 30, p. 77-87, 2007. FapUNIFESP (SciELO)
- DOS SANTOS FELISBERTO, L. G.; SACON, N. F.; FERNANDES, N. C. **O preconceito homofóbico e de gênero no ambiente escolar**. Debates sobre gênero e sexualidade na sociedade contemporânea, 2021.
- FIGUEIRÓ, M. N. D. **Educação Sexual: retomando uma proposta, um desafio**. 3.ed. Londrina: Edue, 2011. 220 p.
- FOUCAULT, M. **História da Sexualidade I: A Vontade de Saber**; tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 14. ed. – Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.
- FOUCAULT, M. **História da sexualidade**. (Trad.) Maria Thereza da Costa Albuquerque. 4.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985. v.3: O cuidado de si.
- FURTADO, L. A. R.; VIEIRA, C. A. L. A psicanálise e as fases de organização da libido. **Revista Scientia**, v. 2, n. 4, p. 93-107, 2014.
- GREGENSEN, E. **Práticas sexuais: a história da sexualidade humana**. Trad. Antonio Alberto de Toledo Serra e Edison Ferreira. São Paulo: Roca, 1983.
- JÚNIOR, J. L. **Das maravilhas e prodígios sexuais: a pornografia "bizarra" como entretenimento**. 1. ed. São Paulo: Annablume, 2006.
- LARA M. O. et al., **Aspectos Sociodemográficos, História Sexual Reprodutiva e Conhecimento Contraceptivo de Puérperas Adolescentes e Adultas**. RECOM, 2018; 8: 2845-2857.
- LISAK, D. (1994). The psychological impact of sexual abuse: Content Analysis of interviews with male survivors. **Journal of Traumatic Stress**, 7(4), 525-548.
- MATANÓ, M. S. C. **Orientação sexual: projeto de ação pedagógica da rede municipal de ensino de São Paulo (1978-1982)**. 1990. Dissertação, (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1990.
- NUNES, C. A. **Desvendando a sexualidade**. Campinas: Papirus, 1987.
- PFROMM NETTO, S. **Psicologia da aprendizagem e do ensino**. São Paulo: EPU, 1987.
- ROSEMBERG, F. **Educação sexual na escola**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 53, p.11-19, maio 1985.
- SAITO, M. I.; LEAL, M. M. **Educação sexual na escola**. Pediatría, São Paulo, p. 44-48, 2000.
- SILVA, A. C. Educação sexual: um inquérito. **Femina**, São Paulo, v.15, n.4, p.298- 299, abr. 1987.
- TEODORESCU, L. L.; TEIXEIRA, P. **História da Aids no Brasil, 1983-2003: as respostas governamentais à epidemia da aids**. Brasília: Unesco, 2015. 1 v.

VASCONCELOS, N. de. **Amor e sexo na adolescência**. 12.ed. São Paulo: Polêmica, 1985.

WEREBE, M. J. G. **A educação sexual na escola**. Lisboa: Moraes Editores, 1977.

WEREBE, M. J. G. A implantação da educação sexual no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 26, p. 21-27, set. 1978.

Recebido em 20 de novembro de 2024
Aceito em 30 de janeiro de 2025